



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1926265 - ES (2021/0196692-9)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : TABERNACULO VITORIA
ADVOGADOS : NESTOR AMORIM FILHO - ES000111B
FABIO MACHADO DA COSTA - ES009704
JULIANA SILVA DOS REIS - ES031908
AGRAVADO : CREBIS HUBINER MORAIS
ADVOGADOS : EMILSON OTÁVIO FIANCO JÚNIOR - ES011560
JOSIMADSONN MAGALHAES DE OLIVEIRA - ES018957

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por TABERNACULO VITORIA, com pedido liminar de atribuição de efeito suspensivo (fl. 494), contra decisão que inadmitiu recurso especial (fls. 474-475) que, por sua vez, foi apresentado ao acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

Requer a parte agravante que o agravo em recurso especial seja recebido com efeito suspensivo, porque "haja vista que qualquer dos pontos controvertidos, gera a reforma da r. sentença, bem como do venerando Acórdão, o que poderia gerar a invalidação de diversos atos, acaso dê prosseguimento ao feito sem a concessão do efeito suspensivo" (fl. 494).

É, no essencial, o relatório. Decido.

De acordo com o art. 300 do CPC, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Em análise preliminar, não está configurado o *periculum in mora*.

A parte agravante não comprovou o risco de dano irreparável ou de difícil reparação, pois apenas fez o pedido de liminar de concessão de efeito suspensivo apenas com argumentos genéricos, sem especificação ou individualização do caso concreto.

Dessa forma, não houve a demonstração de como o possível erro no julgamento proferido pelo Tribunal de origem reclamaria intervenção urgente, a fim de se evitar "dano grave, de difícil ou impossível reparação" (AgInt no TP n. 851/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 28/5/2018).

Ante o exposto, indefiro o pedido de efeito suspensivo ao agravo em recurso especial, sem prejuízo do ulterior juízo de admissibilidade do recurso pelo ministro relator, a quem deve ser encaminhado o processo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente